

CONV 128/02

WG IV 3

NOTA

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho IV sobre os Parlamentos Nacionais
Assunto:	Resumo da reunião realizada em 26 de Junho de 2002

I. Questões Processuais

1. Interpretação disponível do/para inglês e francês.
2. O Secretariado fornecerá uma síntese de cada reunião que será difundida como documento CONV e publicada no sítio Internet da Convenção, na secção criada para cada grupo de trabalho.
3. Convidam-se os membros a apresentar ao Grupo contributos escritos sucintos (2-3 páginas), que terão a forma de documentos de trabalho. Dados os limitados recursos de tradução, em princípio esses documentos não serão traduzidos. Se os membros do Grupo quiserem apresentar diversas versões linguísticas dos seus contributos, esses textos serão igualmente distribuídos no Grupo. O Secretariado transmitirá os documentos de trabalho aos membros do Grupo por correio electrónico. Os contributos poderão ser enviados a verena.schubert@consilium.eu.int.
4. Em princípio, as reuniões são abertas ao público.
5. A lista final do membros do Grupo de trabalho consta do documento CONV 77/1/02 REV 1 de 14 de Junho de 2002. Uma lista de documentos "Convenção" com particular importância para os trabalhos do Grupo consta do documento de trabalho WD 2. Estes dois documentos foram enviados por correio electrónico em 20 de Junho de 2002.

II. Mandato e programa de trabalho

6. A Presidência apresentou o calendário da reuniões (doc. CONV 93/02 de 12 de Junho de 2002) e o programa de trabalho, sublinhando a necessidade de se organizar o mais rapidamente possível uma reunião conjunta com o Grupo de Trabalho I (Subsidiariedade), dada a interligação entre os trabalhos dos dois grupos.
7. A Presidência recordou o mandato do Grupo (CONV 74/02) e destacou três questões específicas que deverão ser tratadas pelo Grupo:
 - a) De que modo são fiscalizadas pelos parlamentos nacionais as actividades dos governos (análise de experiências e potencialidades dos mecanismos nacionais de controlo)?
 - b) Poderão/deverão os parlamentos nacionais desempenhar um papel no controlo da subsidiariedade? Em caso afirmativo, deverá tratar-se de um controlo a montante ou a jusante?
 - c) Qual o papel dos parlamentos nacionais na arquitectura europeia (relacionamento e interacção entre as instituições europeias e os parlamentos nacionais) e quais as formas de o melhorar?
8. O programa de trabalho sugerido pela Presidência e aprovado pelo Grupo é o seguinte:
 - 10 de Julho: (9.30-13.00 e 14.30-16.00) A reunião dividir-se-á em duas partes: em primeiro lugar, apresentação pelo **Dr. Andreas Maurer** (Stiftung Wissenschaft und Politik) de um estudo, recentemente publicado, sobre o **papel actual dos parlamentos nacionais** na UE, seguida de debate no Grupo. Em segundo lugar, (sessão da tarde) debate preliminar sobre os meios de controlo do princípio da **subsidiariedade** e do papel dos parlamentos nacionais neste contexto, a fim de preparar uma sessão conjunta com o Grupo de Trabalho I. A Comissão foi convidada a apresentar um documento sobre a forma como é aplicado o princípio de subsidiariedade, e, se possível, a fazer a sua apresentação nesta sessão.
 - 18 de Julho (10.30-13.00): Reunião conjunta com o Grupo de Trabalho I sobre a subsidiariedade (a confirmar).
 - 11 de Setembro (9.30-13.00): apresentação pelos membros do Grupo das **experiências dos seus próprios sistemas nacionais de controlo**. A Presidência sugeriu que poderá ser interessante para o Grupo tomar conhecimento das experiências dos sistemas escandinavo e francês, assim como dos sistemas usados nalguns países candidatos.

- 19 de Setembro (11.00-12.30 e 15.00-18.30):Exposições de um representante do **Parlamento Europeu** (nomeadamente sobre a cooperação PE-Parlamentos Nacionais) e da **Comissão** – incluindo informação aos parlamentos nacionais: (Protocolo ao Tratado de Amesterdão), bem como debate das propostas de alteração do papel dos parlamentos nacionais na arquitectura europeia.
- O programa de trabalho das próximas reuniões foi deixado em aberto, e a Presidência sugeriu que o Grupo ponderasse se seria possível apresentar o seu relatório antes do fim de Outubro, de modo a que tal não ocorra muito depois dos outros Grupos de Trabalho.

III. Debate das questões de fundo

9. Sobre a questão da subsidiariedade, alguns membros recordaram que ela está estreitamente relacionada com a da percepção dos cidadãos sobre a Europa e com a da falta de clareza constatada a respeito de "quem faz o quê" e de "quem é responsável". Foi recordada a distinção entre controlo político e jurídico, tendo alguns membros sublinhado que um controlo a montante é essencialmente de carácter político. Alguns membros defenderam que deverá caber aos parlamentos nacionais a principal responsabilidade pela análise preliminar de uma proposta, a fim de determinar se a mesma respeita o princípio de subsidiariedade.
10. Vários membros consideraram que será útil proceder à comparação das experiências dos sistemas nacionais (tendo-se referido às melhores práticas e aos critérios de aferição) e alguns sugeriram que o Grupo deverá analisar se há âmbito de aplicação ou possibilidade de se incluir no Tratado textos relacionados com os mecanismos nacionais de controlo (tendo em conta e respeitando as normas constitucionais nacionais).
11. Sobre o papel dos parlamentos nacionais na arquitectura europeia, vários membros preconizaram que se deverão analisar as formas de melhorar os fluxos de informação e os contactos com as instituições, inclusive no que diz respeito à aplicação do Protocolo de Amesterdão. (Foi referido que o sítio Internet da COSAC contém informações úteis sobre o assunto). Alguns membros pronunciaram-se contra a criação de novas instituições, enquanto outros referiram que o Grupo deverá ter uma visão inovadora. Foi igualmente sugerido que o Grupo também deverá procurar incentivar os contactos entre os deputados do PE e os deputados dos parlamentos nacionais.

IV. Preparação da próxima reunião

12. Sugere-se aos membros que apresentem contributos sucintos (documentos de trabalho de 2-3 páginas) expondo as suas posições sobre os métodos de controlo da subsidiariedade e que prevejam em separado breves contributos sobre os sistemas nacionais de controlo. Estes deverão de preferência reflectir igualmente quaisquer contactos ou intercâmbios sistemáticos entre os deputados do PE do país e os deputados nacionais.
 13. Convida-se a Comissão a apresentar um documento de trabalho que descreva os procedimentos de aplicação do princípio de subsidiariedade por essa Instituição.
 14. Antes da reunião, o Secretariado distribuirá um resumo do estudo elaborado pelo Dr. Maurer sobre os parlamentos nacionais.
-